



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB

ALLAN RAMALHO RAMOS

**Diretrizes para a construção da política de representação descritiva: um olhar
sobre bibliotecas digitais nacionais**

Rio de Janeiro

2018

ALLAN RAMALHO RAMOS

**Diretrizes para a construção da política de representação descritiva: um olhar
sobre bibliotecas digitais nacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, cultura e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Campos Machado.

Rio de Janeiro

2018

R175c Ramos, Allan Ramalho.
Diretrizes para a construção da política de representação descritiva: um olhar sobre bibliotecas digitais nacionais / Allan Ramalho Ramos. – 2018.
55 p.: il. ; 30 cm.

Orientadora: Elisa Campos Machado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2018.
Bibliografia: p.52-55.

1. BIBLIOTECA DIGITAL. 2. CATÁLOGOS. 3. POLITICA DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA. I. Machado, Elisa Campos, orient. II. Título.

CDD 025.04

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno: Allan Ramalho Ramos

Título: **Diretrizes para a construção da política de representação descritiva: um olhar sobre bibliotecas digitais nacionais**

Aprovado em: ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Elisa Campos Machado
Orientadora (PPGB/UNIRIO)

Profª Drª Elisabete Gonçalves de Souza
Membro titular externo (PPGCI/UFF)

Prof. Dr. Luís Fernando Sayão
Membro titular interno (PPGB/UNIRIO)

Profª Drª Zaira Regina Zafalon
Membro suplente externo (UFSCar)

Prof. Dr. Claudio José Silva Ribeiro
Membro suplente interno (PPGB/UNIRIO)

À minha querida mãe Ednea Gomes Ramalho e a minha avó Maria Gomes Ramalho por terem me ensinado e incentivado o gosto pelo estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre iluminar meus caminhos durante minha trajetória de vida.

À minha família, pelo carinho, apoio, paciência e compreensão durante a "missão mestrado".

Ao Tio Júlio André Azevedo Gonçalves, que sempre me incentivou e forneceu seus sábios conselhos para as várias etapas da minha vida.

À Maria Rita Jesus Lemos, que vem me acolhendo desde os tempos de faculdade e que com o passar dos anos virou para mim uma mãe, e ao meu colega de vaga Diego Souza, que inicialmente era um colega e agora é um grande amigo.

A todos aqueles que compartilharam suas experiências de vida comigo e me ajudaram a enriquecer como profissional e como pessoa.

À minha chefe Ângela Monteiro Bittencourt, por me incentivar a pesquisar mais e mais sobre o tema da biblioteca digital.

Às amigas, Gabriela Ayres, Patrícia Rinaldi e ao meu ilustre amigo Will Correia, por toda ajuda e amizade construída.

Ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO, que me deu a chance de desenvolver minha pesquisa.

À Prof.^a Elisa Campos Machado, à qual sou grato pela orientação durante a confecção desse trabalho, e por partilhar seu conhecimento me direcionando em todas as etapas do desenvolvimento do tema abordado. Obrigado por sua dedicação e, principalmente, paciência.

Aos professores Elisabete Gonçalves de Souza e Luís Fernando Sayão, por aceitarem participar da banca examinadora e terem contribuído para as melhorias do tema abordado na dissertação.

Aos Professores Zaira Regina Zafalon e Claudio José Silva Ribeiro, por aceitarem compor a banca examinadora.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão de mais essa etapa da minha vida.

RAMOS, Allan Ramalho. **Diretrizes para a construção da política de representação descritiva: um olhar sobre bibliotecas digitais nacionais**. 2018. 55 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia). Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO

A presente investigação teve por objetivo principal colaborar para o estabelecimento de diretrizes para confecção de políticas de representação bibliográfica em bibliotecas nacionais digitais, com vistas à disponibilização na web e compartilhamento de registros digitais com as bibliotecas da nação ou fora dela. As bases teóricas estão pautadas na literatura que trata das temáticas: biblioteca digital, biblioteca nacional e suas funções para a sociedade, representação descritiva e política de representação descritiva. A pesquisa é de natureza aplicada e o problema foi abordado de forma descritiva. Os procedimentos metodológicos foram divididos em dois momentos: no primeiro, lançou mão da pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico; e, no segundo, foi realizada uma pesquisa documental para identificar políticas de representação descritiva em uso por quatro bibliotecas nacionais. Após a realização de uma pré-análise dos quatro documentos encontrados, verificou-se que somente a Biblioteca Nacional de França possui uma política de representação descritiva, por essa razão realizou-se uma nova pesquisa para elencar mais uma biblioteca nacional com política para compor o segundo momento pesquisa. Tomando esses documentos por base e agregando a literatura que subsidiou essa pesquisa, são elencadas ao final diretrizes para confecção de uma política de representação descritiva para bibliotecas nacionais.

Palavras-chave: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional. Catálogos. Política de Representação Descritiva.

RAMOS, Allan Ramalho. **Guidelines for the construction of descriptive representation policy: a look at national digital libraries**. 2018. 55 p. Dissertation (Librarianship Professional Master). Librarianship Graduate Program (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

ABSTRACT

The main objective of the present research was to collaborate in the establishment of guidelines for the elaboration of bibliographical representation policies in national digital libraries, with a view to making available on the web and sharing digital records with or outside the country's libraries. The theoretical bases are based on the literature dealing with the topics: digital library, national library and its functions for society, descriptive representation and descriptive representation policy. The research is applied in nature and the problem was addressed in a descriptive way. The methodological procedures were divided into two moments: in the first one, he used bibliographical research to construct the theoretical reference; and in the second, a documentary research was conducted to identify descriptive representation policies in use by four national libraries. After a pre-analysis of the four documents found, it was verified that only the National Library of France has a policy of descriptive representation, for that reason a new research was done to list another national library with policy to compose the second research. Taking these documents by base and aggregating the literature that subsidized this research, at the end are guidelines for the elaboration of a policy of descriptive representation for national libraries.

Keywords: Digital Library. National Library. Catalogs. Descriptive Representation Policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos recuperados	17
Quadro 2 – Bibliotecas Nacionais Digitais.....	23
Quadro 3 – Instituições Parceiras da <i>Gallica</i>	35
Quadro 3 – Recursos inseridos por depósito legal.....	38
Quadro 5 – Recursos inseridos por aquisições, doações, trocas.....	38
Quadro 6- Definições	41

LISTA DE SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloging Rules
AACR2	Anglo-American Cataloguing Rules, segunda edição
AACR2r	Anglo-American Cataloguing Rules, segunda edição, revista
CCAA	Código de Catalogação Anglo-Americano
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FRAD	Functional Requirements for Authority Data = Requisitos Funcionais para Dados de Autoria
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records = Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBN	International Standard Book Number
MARC	Machine Readable Cataloging
OPAC	Online Public Access Catalogs

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Justificativa	13
1.2	Objetivos da pesquisa	14
1.3	Procedimentos Metodológicos	15
1.4	Marco Teórico	18
2	RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS NACIONAIS E BIBLIOTECAS DIGITAIS NACIONAIS	20
3	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA	25
3.1	Representação Descritiva de Objetos Digitais	30
3.2	Política de Representação Descritiva	30
4	AS EXPERIÊNCIAS DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS	34
4.1	Biblioteca Nacional da França	34
4.2	Política de catalogação no catálogo geral da BnF	36
4.3	Biblioteca Nacional da Austrália	40
4.4	Política de catalogação da Biblioteca Nacional da Austrália	41
5	DIRETRIZES PARA CONFEÇÃO DE POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central as políticas de representação descritiva em bibliotecas digitais nacionais. Encontra-se dentro da Linha de Pesquisa Organização e Representação do Conhecimento, do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), faz parte do projeto de pesquisa “Representação Descritiva no Brasil: seu caminho até o contexto atual”, e integra o grupo de pesquisa “A Representação Descritiva no Brasil”.

Estando dentro de um programa de mestrado profissional em Biblioteconomia, pretende apresentar como produto diretrizes para a elaboração desse tipo de política, em bibliotecas digitais nacionais, como uma contribuição para o campo da organização da informação.

Tratar de políticas de representação descritiva significa tratar dos registros bibliográficos armazenados nos catálogos das bibliotecas, sejam elas públicas, escolares, especializadas, universitárias ou nacionais.

As bibliotecas nacionais são aquelas que têm por missão reunir todo conhecimento produzido em seu país, atuando também como agências catalogadoras nacionais. Na atualidade os acervos digitais dessas bibliotecas encontram-se reunidos e passaram a ser denominadas "bibliotecas nacionais digitais".

Os catálogos de bibliotecas nacionais digitais são compostos de registros bibliográficos dos materiais físicos que fazem parte do acervo dessas bibliotecas e que passaram pelo processo de digitalização.

O estabelecimento de políticas para o registro bibliográfico em bibliotecas digitais é fator determinante para que a representação descritiva possua todas as três qualidades apresentadas por Mey (2009), que são: uniformidade, economia na preparação e manutenção, e atualidade. Assim como deve seguir as recomendações estabelecidas pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.

Levando isso em conta, elencamos abaixo as questões que se configuram no problema dessa pesquisa:

- Existe uma política de representação descritiva específica para elaboração dos registros bibliográficos em catálogos de bibliotecas nacionais digitais?

- Como estão documentadas as políticas de representação descritiva adotadas por essas agências catalogadoras nacionais para representar os objetos digitais?
- As políticas contemplam o processo de atualização da área em relação aos estudos de representação descritiva?

A catalogação de objetos digitais é sem dúvida um tema que demanda pesquisas na atualidade, esta investigação trata das questões que envolvem a representação descritiva dos documentos físicos, que após sua digitalização passam a compor o acervo das bibliotecas nacionais digitais.

A Biblioteca Nacional Digital do Brasil, que integra a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), é formada por um acervo de materiais físicos que passaram pelo processo de digitalização, mas que originalmente encontram-se nas suas respectivas seções de guarda. Podemos crer que o mesmo aconteça nas bibliotecas nacionais da França, Portugal e na biblioteca do Congresso Americano, que fazem parte do nosso objeto de pesquisa.

Tendo em vista os avanços tecnológicos que vêm facilitando e barateando o processo de digitalização, assim como o aumento exponencial do número de documentos digitalizados, entende-se que é imperativo estabelecer políticas para uma representação mais ágil dos documentos que se enquadram nessa condição.

1.1 Justificativa

Este trabalho é fruto de inquietações e reflexões em torno da qualidade da representação descritiva, especificamente no que tange à elaboração de políticas de representação bibliográfica que vão nortear a construção e padronização do catálogo de uma biblioteca digital.

A experiência adquirida ao longo do trabalho que vem sendo realizado na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) desde 2012¹, despertou o interesse em aprofundar estudos sobre a temática que envolve a política de representação descritiva para bibliotecas digitais.

¹ Venho prestando serviços na Fundação Biblioteca Nacional desde 2012, atuando no setor de Biblioteca Digital, onde entrei como estagiário e permaneço atuando até o momento presente como terceirizado.

Ao longo do curso de graduação foi possível ter contato com a teoria proposta e discutida pelos diferentes autores na literatura e a prática da representação descritiva que encontramos disponíveis nos catálogos online, o que nos levou a eleger a catalogação como temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A percepção obtida através do trabalho resultou em uma das justificativas para se aprofundar a pesquisa sobre políticas de representação descritiva.

Tendo em vista que as políticas de uma biblioteca são documentos internos, que registram as decisões tomadas, nem sempre é algo a que se possa ter acesso facilmente e, por essa razão, pode nos levar a crer que, muitas vezes, estão ausentes. Diante disso, a pesquisa visa também desvendar a presença de políticas de representação descritiva em bibliotecas nacionais digitais.

A discussão sobre a confecção de políticas de representação bibliográfica em bibliotecas digitais nacionais busca colaborar, por fim, com o fortalecimento da área de organização e representação da informação, fomentando mais pesquisas na área e buscando assim uma uniformidade no que se refere aos padrões e normas utilizados na área.

1.2 Objetivos da pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo geral refletir sobre o processo de construção de políticas de representação descritiva com vistas a orientar a sua implementação em bibliotecas nacionais digitais.

Dentro desse âmbito foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- conhecer as reflexões que vem sendo realizadas sobre a representação descritiva em bibliotecas digitais na literatura da área;
- identificar e apresentar os instrumentos e normas que as Bibliotecas Digitais Nacionais adotam para tratar seus objetos digitais nas políticas formalizadas sobre representação descritiva em bibliotecas nacionais digitais;
- e, propor diretrizes para construção de uma política de representação descritiva para a bibliotecas nacionais digitais.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Levando em consideração que esta é uma pesquisa de natureza aplicada, na qual o problema é abordado de forma qualitativa com objetivos exploratórios, utilizaremos os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental.

Para entender e conhecer os estudos que estão sendo desenvolvidos sobre o tema na área, utilizamos num primeiro momento a pesquisa bibliográfica. A leitura e análise dos materiais recuperados colaboraram para a construção do referencial teórico dessa pesquisa.

Foi realizado o levantamento bibliográfico a partir da busca de artigos no Portal de Periódicos CAPES/MEC². Para isso foram estabelecidos os seguintes termos para a busca: “representação descritiva”, “biblioteca digital”, “política de representação descritiva”. Com o objetivo de refinar e recuperar resultados pertinentes com a temática abordada, optou-se pelo uso da busca avançada utilizando operador booleano como forma de recuperar e filtrar os resultados encontrados. Após a leitura do resumo e das palavras-chave de cada artigo recuperado, 12 artigos foram selecionados, bem como uma tese, localizada através das referências de um dos 12 artigos, o que motivou a pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Universidade de São Paulo (USP). No cenário internacional, recorreu-se aos documentos publicados pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), que orientam as bibliotecas acerca da sua forma de atuação.

O resultado das leituras, fichamentos e marcações dos textos selecionados colaborou para o estabelecimento do marco teórico e propiciou a construção do referencial teórico que, encontrando-se na 2ª e na 3ª seção desse documento, respondem ao primeiro objetivo específico dessa pesquisa.

Vale registrar que o universo dessa pesquisa se restringe às questões que envolvem a representação descritiva dos documentos físicos, que após sua digitalização passam a compor o acervo das bibliotecas nacionais digitais. Nesse sentido, para identificar documentos que se caracterizem como políticas, diretrizes ou normas de catalogação que pudessem servir de parâmetro para este estudo, foi necessário estabelecer um grupo de bibliotecas nacionais digitais para a pesquisa acerca da existência e uso de políticas para seus acervos.

² Endereço eletrônico: <http://www.periodicos.capes.gov.br>

A princípio, foram selecionadas quatro instituições para participar dessa consulta, em função da sua representatividade nos seus respectivos países, no contexto global, e da sua influência no Brasil. São elas:

- *Gallica, la Bibliothèque numérique de la BnF* /França;
- *Library of Congress* (LC)/EUA ;
- Biblioteca Nacional Digital de Portugal;
- Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

A escolha dessas bibliotecas justifica-se tendo em vista suas iniciativas em relação à representação e disponibilização dos objetos digitais em seus acervos. A *Gallica, la Bibliothèque numérique de la BnF*, por demonstrar ser um modelo de biblioteca digital a ser seguido, na forma de representação de seus objetos digitais. Assim como a Biblioteca Nacional Digital do Brasil, outras bibliotecas no mundo tentam seguir forma de padronização da *Gallica* quanto à disponibilização de objetos digitais. A escolha da *Library of Congress* (LC) se justifica uma vez que essa biblioteca, mesmo não tendo nacional em seu nome, assume um caráter centralizador em relação às tarefas ligadas à catalogação, não só em seu país, mas em nível internacional, já que muitas bibliotecas nacionais de outros países seguem suas padronizações. A Biblioteca Nacional Digital de Portugal foi escolhida uma vez que compõe a Biblioteca do Patrimônio Ibero Americano junto com a Biblioteca Nacional do Brasil. E também pelo fato dessas bibliotecas serem instituições parceiras da Biblioteca Digital Mundial³.

O acesso às políticas dessas bibliotecas se deu majoritariamente via pesquisa no site da *Gallica, la Bibliothèque numérique de la BnF*, *Library of Congress*, Biblioteca Nacional Digital de Portugal e Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

A seguir (Quadro 1) encontram-se relacionados os documentos recuperados e seus respectivos endereços eletrônicos.

³ A Biblioteca Digital Mundial surge de uma iniciativa da *Library of Congress* com a UNESCO e tem por missão disponibilizar na Internet, gratuitamente e em formato multilíngue, importantes fontes provenientes de países e culturas de todo o mundo. Endereço eletrônico: <https://www.wdl.org>

Quadro 1 – Documentos recuperados

Instituição	Título do documento	Endereço eletrônico
Biblioteca Nacional de Portugal	Manual do ContentE	http://purl.pt/resources/contente/contente-manual-pt.pdf
Library of Congress – EUA	Descriptive cataloging manual	https://www.loc.gov/catdir/cpsoc/dcmz1.pdf
Fundação Biblioteca Nacional (FBN) – Brasil	Não lançado ainda	Em breve
Bibliothèque nationale de France	Politique de catalogage dans BnF catalogue general	http://www.bnf.fr/fr/professionnels/catalogage_pratiques_bnf/a.politique_catalogage.html

Fonte: Elaborado pelo autor.

De posse dos documentos das instituições selecionadas foi feita uma primeira análise na qual foi verificada a pertinência do documento em relação aos objetivos dessa pesquisa, a seguir, foi realizada uma leitura técnica levando em consideração as características e a abrangência dos quatro documentos encontrados.

Após a leitura em sua integralidade para identificar as características e aplicações dos documentos, foi possível perceber que o “Manual do ContentE”, da Biblioteca Nacional de Portugal, como o nome mesmo diz, não se configura numa política de catalogação, pois se trata de um manual de inserção de dados numa base de dados identificada como ContentE⁴.

O documento da *Library of Congress*, “*Descriptive cataloging manual*”, também se apresenta como um manual para inserção de registros no catálogo geral e encontra-se disponível no site da instituição. É bem detalhado em relação ao uso e aplicação dos campos do *MARC 21 Format for Bibliographic Data*⁵, mas como o objetivo dessa pesquisa é identificar políticas e não manuais, tal documento não foi considerado para análise detalhada.

Da mesma forma, o documento em confecção da Biblioteca Nacional Digital do

⁴ Que se configura numa aplicação para inserção das obras digitalizadas no catálogo da instituição. Segundo informado pela própria instituição, o ContentE possibilita realizar a declaração da obra digitalizada fazendo a associação desta com os registros bibliográficos, dados técnicos do processo de digitalização, informação do operador e declaração dos direitos autorais da obra em questão. Essa aplicação permite a organização das coleções de obras, permitindo assim estruturar um conjunto de obras numa miscelânea.

⁵ O MARC possibilita a descrição bibliográfica de diferentes tipos de documentos, pois se utiliza de uma estrutura de campos fixos e variáveis, subcampos e indicadores. Usa um sistema de *tags* (etiquetas) de três dígitos numéricos para identificar os campos, uma vez que a descrição de cada campo é muito extensa para ser definida dentro do registro.

Brasil, por se tratar também de um manual para inserção de registros na base de dados da instituição, o torna inviável para análise no âmbito dessa pesquisa.

Dentro desse universo, a única biblioteca identificada dentre as quatro selecionadas nessa pesquisa que atendeu ao requisito foi BNF com a *Politique de catalogage dans BnF catalogue general*.

Para que pudéssemos fazer um estudo comparativo e que possibilitasse a confecção das diretrizes não só fundamentada sobre uma política, foi realizada uma nova busca nos sítios das bibliotecas nacionais dessa vez com o objetivo de selecionar uma biblioteca nacional que possuísse uma política, por fim selecionamos a política da Biblioteca Nacional da Austrália para analisarmos juntamente com a da Biblioteca Nacional da França.

Foi a partir desses documentos, portanto, que foi dado início à segunda análise, na qual foram estabelecidas quatro categorias: estrutura e forma de apresentação; redação; abrangência; e relacionamentos.

Com o objetivo de atender aos dois primeiros objetivos específicos elencados nesta pesquisa, na 3ª seção desse documento são apresentadas as reflexões e os principais instrumentos utilizados para realizar a descrição dos materiais contidos nas bibliotecas pesquisadas.

Por fim, a partir da construção do referencial teórico estudado e das análises realizadas foi elaborado um documento com um propósito de estabelecer diretrizes para confecção de uma política de representação descritiva para bibliotecas digitais.

1.4 Marco Teórico

Para situar a tipologia de biblioteca tratada pela pesquisa usamos o *Guidelines for Legislation for National Library Services* (1997), com vistas a apresentar a definição adotada de "biblioteca nacional". Em relação aos serviços prestados por uma biblioteca nacional e seu papel no controle bibliográfico nacional trabalhamos com Grings e Pacheco (2010), Campelo (2006) e, complementarmente, com a legislação vigente (BRASIL, 2004; BRASIL, 2010).

No que se refere ao surgimento, processo de evolução e definição das bibliotecas digitais partimos das reflexões de Cautela (2009), Saracevic (2004 apud Hommerding, 2007), Cunha (2008), Kuramoto (2005), *Digital Library Federation* (1998), *Manifesto for Digital Libraries* da IFLA e UNESCO (2010), Sayão (2009) e

Patrício (2010).

Em relação à representação descritiva e aos códigos de catalogação lançamos mão dos trabalhos de Mey (1995), Maiomone, Silveira e Tálamo (2011), Catarino e Souza (2012), Ortega (2011), Cunha (1979), Hatsek e Hilleshein (2013), *Statement of international cataloguing principles* da IFLA (2017), Tillett (2007), Joint Steering Committee (2006), Castro (2008), Mey e Silveira (2009), Silva et al. (2012), Thibodeau (2002), assim como o próprio o Código de Catalogação Anglo-Americano (2004).

No tocante à política de representação descritiva nos baseamos em Almeida (2000), Bio (1985), Donnelly, Gibson & Ivancevich (2000) e Mey e Silveira (2009).

Por fim, em relação a política de informação nos baseamos em González de Gómez (2002) e Garcia (1980).

2 RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS NACIONAIS E BIBLIOTECAS DIGITAIS NACIONAIS

Nesta seção é apresentada a definição de biblioteca nacional dentro da tipologia da área de Biblioteconomia, sua importância no contexto cultural de um país e suas principais funções. Na sequência, apresentaremos as definições de biblioteca digital, seu histórico e surgimento.

Segundo o *Guidelines for Legislation for National Library Services* as bibliotecas:

podem ser nacionais, no sentido de que elas contenham a produção literária da nação; ou no sentido de que elas são o principal museu do livro da nação, que contém uma alta concentração de tesouros da nação; ou no sentido de que elas são as líderes, talvez coordenadoras, das bibliotecas do país; ou no sentido de que elas oferecem um serviço nacional (para bibliotecas do país ou população) (LINE; LINE, 1979, p. 317 apud LOR, 1997 tradução nossa).

Para Campello (2006), a biblioteca nacional desempenha papel fundamental de preservação do patrimônio cultural de uma nação e atua como a principal agência catalogadora do país, estando encarregada de manter a lista padronizada dos nomes dos autores das obras que fazem parte de seu acervo (pessoas físicas, entidades coletivas, nomes geográficos).

Uma biblioteca nacional possui funções que lhe distinguem de outros tipos de bibliotecas. Uma é realizar o controle bibliográfico em nível nacional como forma de acumular todo conhecimento produzido pela nação. Grings e Pacheco (2010) apontam que essa iniciativa no Brasil se inicia em meados dos anos 1970, com o início do programa Controle Bibliográfico Universal (CBU), que tinha como objetivo agregar as iniciativas de controle bibliográfico em níveis nacionais para formar um grande repositório global de informações bibliográficas.

Conforme Campello (2006), cabe esclarecer que o CBU é um programa desenvolvido pela UNESCO e IFLA, que teve seu início no ano de 1970 e visa reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, em uma rede internacional de informação, levando em conta não só a possibilidade de identificar a existência do documento, mas, também, sua localização e forma de obtenção.

Outra questão ligada ao controle universal e ao objetivo de preservação do

patrimônio nacional, no caso brasileiro, é a aplicação das Leis Federais no 10.994⁶ e nº 12.192⁷, que regulamentam o depósito legal de materiais bibliográficos e musicais, o que assegura o depósito de um exemplar de tudo que é produzido em solo nacional, resguardando-o para futuras gerações e assegurando a herança intelectual do país, à qual a instituição depositária estaria ligada.

Devido à abrangência e uso das tecnologias da informação disponíveis na atualidade, muitas bibliotecas nacionais estão organizando e digitalizando seus documentos de maneira a formar acervos digitais e conseqüentemente bibliotecas nacionais digitais. Com isso as funções das bibliotecas nacionais se incorporam as vantagens das bibliotecas digitais que são de democratizar o acesso a informação, como possibilidade de ampliação do potencial de acesso e difusão de acervos que ficariam tradicionalmente restritos a condições logísticas de acesso e visitação.

Segundo Cautela (2009), as bibliotecas digitais são criadas através do processo de evolução das bibliotecas tradicionais, que historicamente tem a função de serem as guardiãs e depositárias, responsáveis por coletar, organizar, armazenar e preservar o conhecimento produzido pela humanidade. Em seus primórdios, na Antiguidade, o conhecimento era registrado em tabletes de argila, posteriormente, na Idade Média, em papiros e pergaminho, passando para o papel na Idade Moderna. O conhecimento na Antiguidade e Idade Média era considerado um bem superior e restrito a uma parcela da população. O papel como suporte e a impressão como técnica de registro do conhecimento possibilitaram a ampliação da atuação da biblioteca para além da guarda e depósito, agora sendo responsável ela não só pela guarda, mas também pela disseminação da informação registrada, além disso, novas possibilidades de interação social derivadas de novas tecnologias da Internet parecem permitir a criação de novas formas de experimentação e socialização na forma de organizar o trabalho informacional.

Ainda sobre o processo de surgimento das bibliotecas digitais apresentamos a visão de Sayão onde:

⁶ Art. 1º Esta Lei regulamenta o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais.

⁷ Art. 1º Esta Lei regulamenta o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional, com o intuito de assegurar o registro, a guarda e a divulgação da produção musical brasileira, bem como a preservação da memória fonográfica nacional.

As bibliotecas digitais surgem num contexto que sobrepõe, por um lado, a integração e uso das tecnologias de informação e de comunicação, das redes de computadores, das tecnologias de apresentação e o barateamento dos meios de armazenamento em massa; e, por outro, a disponibilidade crescente de conteúdos digitais em escala planetária, a possibilidade de digitalização a um custo economicamente viável de conteúdos em mídias convencionais e, ainda, o fenômeno conhecido como coerência das mídias digitais, que abre a possibilidade singular para a concepção de novos serviços de informação a partir da integração de objetos digitais heterogêneos (SAYÃO, 2009).

Para apresentar o termo biblioteca digital nos valem da *Digital Library Federation* (DLF) que visa situar o desenvolvimento de bibliotecas digitais em um contexto de serviço maior. Dada a complexidade e os custos do desenvolvimento das bibliotecas digitais, registra em sua página web⁸, uma definição abrangente, porém possível para biblioteca digital aonde:

Bibliotecas digitais são organizações que disponibilizam os recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência ao longo do tempo de coleções de trabalhos digitais, de forma que eles estejam pronta e economicamente disponíveis para uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades (DLF, 1998, tradução nossa).

Segundo o *Manifesto for Digital Libraries* da IFLA e UNESCO (2010), uma biblioteca digital pode ser definida como uma coleção online de objetos digitais, com qualidade assegurada, que são coletadas e gerenciadas de acordo com princípios internacionalmente aceitos para o desenvolvimento de coleções e acessíveis de uma forma coerente e sustentável, apoiada por serviços que permitam ao usuário recuperar e explorar os recursos nelas contidos. As bibliotecas digitais são parte integrante dos serviços das bibliotecas tradicionais com a aplicação de uma nova tecnologia para permitir o acesso às coleções digitais. Sendo assim, as coleções dentro de uma biblioteca digital são criadas, gerenciadas e acessíveis para uma comunidade definida ou para um conjunto de comunidades.

Em relação ao surgimento das bibliotecas digitais no mundo, Saracevic (2004 apud Hommerding, 2007, p. 64) aponta que teria se iniciado nos anos de 1960 e atingindo seu auge nos anos de 1990. Em apenas uma década, milhares de

⁸ <https://old.diglib.org/about/dldefinition.htm>

bibliotecas digitais de várias formas e áreas do conhecimento foram criadas ao redor do mundo, e encontra-se em pleno funcionamento.

O surgimento das bibliotecas digitais resultou na constituição de novas formas de catálogos e representação, o que resultou na necessidade de documentos que formalizassem e padronizassem a maneira com que as informações são representadas, conforme Patrício (2010) aponta a adoção de padrões e normas técnicas permitem assegurar a interoperabilidade tanto dos dados quanto dos serviços entre as bibliotecas digitais, o que favorece para a integração do acesso aos conteúdos digitais tanto a nível nacional quanto internacional.

De acordo com Cunha (2008) uma biblioteca digital apresenta um potencial informacional que dificilmente seria alcançado por uma biblioteca convencional, uma vez que pode prover a informação diretamente ao usuário. Ela possui a capacidade de executar estratégias de busca por palavras isoladas ou por expressões inteiras, além do que, seu conteúdo informacional, seja em que forma esteja, não sofre desgaste naturais decorrente do uso intensivo, o que ocorre no material impresso.

Em relação à gama de suportes que estão muitas das vezes distribuídos em vários setores em bibliotecas convencionais, a biblioteca digital consegue abarcar todos esses suportes em um único lugar.

Para exemplificar, apresentamos a seguir (Quadro 2) exemplos de bibliotecas nacionais digitais feitas a partir de uma pesquisa não exaustiva, bibliotecas essas que foram criadas para abarcar os objetos digitais que as "bibliotecas convencionais", como denomina Cunha (2008), não dão conta.

Quadro 2 – Bibliotecas Nacionais Digitais

Biblioteca Nacional	Biblioteca Digital	Endereço eletrônico
Fundação Biblioteca Nacional (FBN) - Brasil	Biblioteca Nacional Digital	http://bndigital.bn.gov.br/
Biblioteca Nacional de Portugal	Biblioteca Nacional Digital	http://purl.pt/index/geral/PT/index.html
Bibliothèque nationale de France	Gallica - la bibliothèque numérique de la BnF	http://gallica.bnf.fr
Library of Congress – EUA	Digital Collections	https://www.loc.gov/collections/

Library and Archives Canada	Incluso no catálogo da instituição	http://www.baclac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx
Biblioteca Nacional de Chile	Biblioteca Nacional Digital de Chile	http://www.bibliotecanacionaldigital.cl/bnd/612/w3-channel.html
National Library of Sweden	Digital collections	http://www.kb.se/samlingarna/digitala/
British Library	Online gallery	http://www.bl.uk/onlinegallery/index.html
National Library of Australia	Incluso no catálogo da instituição	http://www.nla.gov.au/collections
National Library of Wales	Incluso no catálogo da instituição	https://www.llgc.org.uk/en/discover/nlw-resources/nlw-resources/

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir são apresentadas as reflexões acerca da representação descritiva no universo bibliográfico.

3 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

A representação descritiva integra a Catalogação que na atualidade é entendida tal como Mey (1995, p. 5) conceitua: “o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos”.

Maiomone, Silveira e Tálamo (2011) apontam que embora a catalogação esteja intimamente relacionada ao termo catálogo, este por sua vez apresenta também os assuntos relacionados ao item descrito. Essas questões que envolvem o conteúdo do item não estão relacionadas ao termo “catalogação”, daí surge dois outros termos: “Representação Temática”, que estaria relacionada à “catalogação de assunto”; e a “Representação Descritiva”, que estaria relacionada à “catalogação descritiva”.

A representação descritiva, segundo Catarino e Souza (2012), representa as características específicas do documento que permitem sua individualização e também definem e padronizam os pontos de acesso responsáveis pela busca, recuperação da informação e pela reunião de documentos semelhantes.

Conforme explicitado por Ortega, a representação descritiva

[...] refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos; a atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação (ou, mais especificamente, catalogação descritiva), em especial entre a comunidade de bibliotecas, e de descrição bibliográfica entre a comunidade dos serviços de informação científica. (ORTEGA, 2011, p.45).

De acordo com a *Statement of International Cataloguing Principles* da IFLA (2017)⁹, os catálogos possuem determinados objetivos e funções, tais como: ser um instrumento efetivo e eficiente de tal forma que o usuário possa encontrar, identificar e selecionar um recurso bibliográfico e a partir do seu registro possa adquirir ou obter acesso ao item descrito; e, por fim, a função de navegar e explorar o catálogo, que deve permitir que a navegação vá além do catálogo em si, para outros catálogos e para contextos que não sejam necessariamente de bibliotecas.

O uso de códigos normalizados na representação descritiva, de acordo com Catarino e Souza (2012), é fundamental, pois possibilitam que os procedimentos em

⁹ A Declaração de Princípios foi aprovada na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961, o seu propósito era servir como base, para uma normalização internacional na catalogação (IFLA, 2017, p. 04).

sistemas de médio e grande porte sejam regularizados e padronizados, permitindo assim uma maior consistência, eficácia e qualidade ao sistema, além de fornecer registros coerentes entre si. Tal uso é fundamental também por viabilizar a cooperação catalográfica entre unidades de informação, bem como diminuir a necessidade de tomar decisões individuais para cada documento a ser catalogado e facilitar os processos de informatização.

Na atualidade existem três instrumentos que apresentam regras para representação das informações em catálogos de bibliotecas e que auxiliam a padronização dos registros bibliográficos, são eles, respectivamente: *International Standard Book Description* (ISBD), *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR2) e *Resource Description Access* (RDA).

O documento da IFLA (2011) que versa sobre a ISBD consolidada, revisada e atualizada, aponta que desde a primeira versão da norma, em 1971, e após as diversas atualizações até a consolidada e revisada de 2011, seu principal objetivo se mantém intacto: o de oferecer coerência visando o intercâmbio da informação bibliográfica em nível internacional. O documento atenta que na nova Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação publicada pela IFLA, em 2009, uma nota de rodapé identifica a ISBD como padrão para comunidade bibliotecária, uma vez que essa declaração não somente se destina a bibliotecas, mas também a arquivos, museus e outras comunidades.

Conforme a IFLA (2011), são princípios da ISBD:

- Proporcionar normas para catalogação descritiva compatível em todo mundo, com a finalidade de ajudar no intercâmbio dos registros bibliográficos entre as agências bibliográficas nacionais e em toda comunidade internacional de bibliotecários e de informação.
- Acomodar diferentes níveis de descrição, incluindo o necessário para as agências nacionais bibliográficas, bibliotecas nacionais e outras bibliotecas.
- Especificar os elementos descritivos necessários para identificar e selecionar um recurso.
- Mais atenção é dada a todos os elementos de informação para exibição ou utilização desses elementos em um sistema automatizado específico.
- Ao desenvolver essas regras devem ter em conta a relação custo-eficiência.

Em relação à organização da ISBD, ela oferece as primeiras regras gerais que se aplicam em qualquer recurso bibliográfico, seguidas de regras específicas aos tipos de recursos que constituem exceções à regra geral.

A ISBD consolidada apresenta a seguinte ordem geral dos elementos da descrição bibliográfica:

- zona 0 - zona da forma do conteúdo e tipo de meio;
- zona do título e da indicação do autor;
- zona da edição;
- zona do pé de impressão (local de impressão, nome do editor, data de publicação, local de impressão, nome do impressor);
- zona da colação (n. de volumes e/ou n. de páginas, indicação da ilustração, formato, material acompanhante);
- zona de coleção;
- zona de notas;
- zona do ISBN, encadernação e do preço.

O *Anglo-American Cataloguing Rules* - 2a. edição (AACR2), de 1978, já em sua introdução aponta que tem como base o ISBD (G) para descrição bibliográfica. A estrutura de zonas do ISBD foi incorporada pelo AACR2 com o nome de “áreas”, dividida em duas partes: a primeira trata da descrição bibliográfica dos diversos tipos e documentos em seus diferentes suportes (livros, folhetos, materiais cartográficos, manuscritos, música, gravações sonoras, filmes, microformas etc.); a segunda trata da escolha e forma dos pontos de acesso (cabeçalhos, títulos uniformes e remissivas). O AACR2 teve sua última atualização em 2002 e tem como objetivo o estabelecimento de normas para a catalogação em nível internacional, subsidiando o tratamento da informação.

Hatsek e Hilleshein (2013) destacam que a partir de 1997 algumas iniciativas foram feitas de modo a atualizar o AACR2. A primeira delas foi por meio da realização da *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, que visava discutir as regras desatualizadas do AACR2 frente aos avanços tecnológicos e ao surgimento dos novos suportes de informação.

Nessa conferência foi proposta a publicação de uma terceira edição para o AACR2, denominada AACR3, as iniciativas de seu desenvolvimento começaram no ano de 2004, quando foi produzido um rascunho a partir do qual se apontaram ajustes. Em 2005, a fim de contemplar mais a questão digital, o projeto de lançamento da 3ª edição teve seu nome alterado para *Resource Description Access (RDA)*.

Tillett (2007) afirma, acerca do projeto do RDA, que essa nova declaração dos princípios de catalogação atualiza e reafirma em muito os “Princípios de Paris”, de 1961, e que os novos sistemas devem oferecer para os usuários melhores instrumentos para pesquisa e recuperação e uma melhor navegação através do universo bibliográfico.

Conforme *Joint Steering Committee*¹⁰, o RDA

é caracterizado como um novo padrão de descrição e acesso de recursos, projetado para o mundo digital. Construído nas bases estabelecidas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), o RDA fornecerá um amplo conjunto de orientações e instruções para descrição e acesso de recursos englobando todos os tipos de conteúdo e suporte. O RDA possibilita que os usuários de catálogos de bibliotecas e outras unidades de informação encontrem, identifiquem, selecionem e obtenham recursos apropriados para a informação que necessitam (JOINT, 2006, apud Hatsek; Hilleshein, 2013, p.6).

O RDA, de acordo com o documento do *Joint Steering Committee (JSC)*, tem como principais vantagens ser uma ferramenta que promoverá o avanço das bibliotecas para a era digital, provendo instruções para catalogação, tanto dos recursos digitais quanto tradicionais, suportar o compartilhamento de meta-dados entre as diversas comunidades e permitir novos usos de registros bibliográficos em serviços online.

Cabe registrar que o RDA em seu glossário não registra exatamente o termo “objeto digital”, mas sim termos como “característica do arquivo digital” e “recurso digital”, que são termos sinônimos.

A proposta do RDA é abarcar todos os suportes de informação de uma forma mais estruturada que o AACR2. A esse respeito, Castro explica que:

¹⁰ É um Comitê Diretor Conjunto para o Desenvolvimento do RDA (JSC) responsável pela manutenção do RDA. A JSC foi anteriormente responsável pela manutenção das Anglo-American Cataloguing Rules (AACR).

Ao ser comparado com o código em exercício - AACR2 pode-se verificar notórias diferenças com relação à estrutura do RDA. O AACR2 contempla atualmente duas partes: *Description* (descrição) e *Access* (acesso). No RDA percebemos a inserção de alguns elementos, como por exemplo, na parte A (Descrição) onde estão agregados os *Relationships* (Relacionamentos) dados pelo modelo de relacionamento FRBR, ou seja, a parte A é agora descrição e relacionamento e abarca o conteúdo dos registros bibliográficos. Já a parte B *Access Point Control* (Controle de Pontos de Acesso) abarca o conteúdo de autoridade dos registros bibliográficos (CASTRO, 2008, p. 87).

No entanto, Mey e Silveira (2009, p. 126) afirmam que “o RDA não apresenta as pontuações estabelecidas como precedentes e sucedentes a cada área da descrição bibliográfica, como prescritas na ISBD”. O que é corroborado por Silva et al. (2012, p. 115) que explicam que o RDA:

é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer. Estes dados são analisados e distribuídos de maneira a serem utilizados de modo pertinente. Uma informação encontra-se com outra e muitas vezes de forma desarmônica e do cruzamento de dados surgem resultados inesperados, novas derivações, são os chamados metadados, que poderíamos resumir em: dados sobre outros dados. São como uma trama de informações que funcionam relacionando elementos de uma maneira inteligente em um ambiente de rede.

De acordo com Hatsek e Hilleshein (2013), quanto à estruturação o RDA, esse está dividido em 38 capítulos divididos em 10 sessões, sendo essas sessões, por sua vez, divididas em duas partes respectivamente: *Recording Attributes* (Registro de Atributos), definidos no *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD); e *Recording Relationships* (Registro de Relações), definidos no FRBR e FRAD. A primeira parte está compreendida nas sessões de 1 a 4 e a segunda de 5 a 10, incluindo-se também aí 13 apêndices.

Segundo o RDA Steering Committee (RSC), o comitê que é responsável por administrar o RDA, ele foi lançado no ano de 2009, e esta versão serve de referência para o aperfeiçoamento e conclusão dos capítulos em desenvolvimento. Até o momento presente o RDA, segue sendo revisado e atualizado pela comunidade que

cuida de seu desenvolvimento.

O RDA Toolkit, possui uma seção intitulada *Resources*, na qual reserva um espaço para disponibilizar as políticas de bibliotecas nacionais europeias, que adotam o RDA para descrição de seus materiais.

3.1 Representação Descritiva de Objetos Digitais

A representação descritiva de objetos digitais em bibliotecas nacionais perpassa toda forma de representação descritiva empregada nos materiais que compõem os acervos dessas instituições antes do processo de digitalização e, por isso, segue as regras comumente empregadas aos registros físicos dessas bibliotecas por suas seções, ou setores de guarda.

No AACR2 não se menciona o termo “objetos digitais” e sim “recursos eletrônicos”. A definição para “recursos eletrônicos”, de acordo com o glossário do AACR2, é:

Material codificado (dados e/ou programa (s)) para ser manipulado por um dispositivo computadorizado. Este material pode exigir a utilização de periféricos ligados diretamente a um dispositivo computadorizado (p. ex., um drive de CD-ROM) ou a conexão a uma rede de computadores (p. ex. a Internet).

Por seu turno, Thibodeau (2002) conceitua “objeto digital” como um objeto de informação, de qualquer tipo e formato expresso sob a forma digital.

De qualquer forma, para representá-los, sempre teremos que lançar mão dos outros capítulos do AACR2, de modo a especificar o material tratado.

Faz-se necessário agora abordarmos a necessidade de uma política de representação descritiva e sua importância para o ambiente das bibliotecas.

3.2 Política de Representação Descritiva

O estabelecimento de políticas internas surge da necessidade da padronização das atividades desenvolvidas em uma biblioteca, registrando as decisões tomadas pelo catalogador. Tem por objetivo primordial colaborar para uma melhor rotina de trabalho e, conseqüentemente, uma melhor recuperação e uso das informações

mantidas e organizadas pela biblioteca, seja ela tradicional ou digital.

O termo “política” pode assumir diferentes significados dependendo da área, o significado que trataremos aqui é o mesmo que o da área da Administração, na qual:

políticas são 'decisões futuras', ou 'são orientações preestabelecidas para a tomada de decisões no sentido dos objetivos, ou, ainda, 'são guias de raciocínio planejados para a tomada de decisões repetitivas no sentido dos objetivos' (BIO, 1985, p. 53).

Em relação a área de Biblioteconomia:

Políticas ou diretrizes podem ser consideradas como sendo os planos gerais de ação que estabelecem guias mestras, orientam a tomada de decisão, dão estabilidade à organização, evitam repetição de análises, auxiliando previamente nas decisões, além de delegar autoridade sem perder o controle (ALMEIDA, 2000, p. 6).

Nos deparamos com algumas políticas que se encontram consolidadas. Na área de Biblioteconomia temos políticas gerais e específicas de acordo com cada setor de atuação: política de desenvolvimento de coleções, política de preservação e conservação do acervo, política de atendimento, política de indexação entre outras.

Em relação ao nosso objeto de estudo que diz respeito à “política de representação descritiva”, foi possível constatar, a partir do levantamento bibliográfico realizado e descrito na subseção 1.4, que o tema é pouco abordado na literatura da área. Um dos poucos artigos encontrados é uma revisão de literatura sobre política de representação descritiva, de Sousa (2015).

Alguns catálogos internos, de uso dos bibliotecários, são considerados catálogos decisórios, tal como, por exemplo, o catálogo de autoridade. Nesse sentido, vale lembrar que na revisão de literatura, Sousa (2015) se reporta a Mey e Silveira (2009, p. 188), quando elencam “[...] duas categorias de catálogos: aqueles destinados ao público – denominados externos – e aqueles destinados aos serviços bibliotecários – os internos ou auxiliares”. Dentre os catálogos internos, que subsidiam as atividades de catalogação, encontra-se o catálogo decisório. Este, por sua vez,

[...] se torna indispensável aos catalogadores, tanto em ambientes manuais como automatizados, uma vez que registra todas as decisões e suas justificativas, quanto à catalogação e aos catálogos. Assim, permite a continuidade do trabalho, mesmo que mudem os responsáveis pelo setor (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 202).

Nessa direção torna-se evidente a necessidade do uso de instrumento que demarque a tomada de decisão no processo da Representação Descritiva, seja utilizando o catálogo decisório ou um documento que registre essas decisões e que se configure em uma política interna para reger esse tipo de atividade.

Podemos perceber que a história da catalogação está intimamente relacionada à própria história da normalização das regras catalográficas e constatamos que o processo é vinculado ao AACR2, não às decisões catalográficas.

Entretanto, na parte I do próprio Código é possível constatar, na introdução, que o termo política de catalogação está presente:

0.7. Algumas regras são designadas como regras *alternativas* ou *acréscimos opcionais*; outras regras ou partes delas são introduzidas pela palavra *opcionalmente*. Essas medidas decorrem do reconhecimento de que, em contextos diferentes, podem ser dadas soluções diferentes para um mesmo problema, bem como adotados níveis distintos de detalhamento e especificidade. Algumas alternativas e opções devem ser definidas como parte da **política de catalogação** para um determinado catálogo ou agência bibliográfica e, uma vez estabelecidas, devem ser sempre aplicadas. Outras alternativas e opções devem ser definidas conforme o caso. (CÓDIGO ..., 2004, p. 2, parte I, itálico do código e negrito do autor).

De acordo com Donnelly, Gibson & Ivancevich (2000, p.154-155), uma política eficaz deve possuir as seguintes características:

- Flexibilidade, ou seja, acompanhar as mudanças, mas sempre mantendo alguma estabilidade, a fim de manter alguma ordem e sentido de orientação.
- Globalidade: deve ser suficientemente global com o objetivo de contemplar qualquer contingência, mas lembram de que o âmbito da política depende do âmbito da ação controlada pela própria política.
- Coordenação: deve garantir a coordenação das várias subunidades cujas ações se encontrem inter-relacionadas.
- Ética: deve adaptar-se aos códigos de comportamento ético prevalentes na sociedade.
- Clareza: as políticas devem ser escritas de forma clara e lógica, devem especificar a finalidade pretendida com a ação a que diz respeito, devem definir o método e as ações adequadas e fixar os limites de liberdade de ação aos respectivos destinatários.

Uma política de catalogação eficiente em bibliotecas deve seguir sendo atualizada conforme a evolução dos códigos ou manuais que regem a catalogação. Ao refletir sobre a questão da atualização das políticas, percebe-se que estas devem contemplar e se preocupar com os recursos digitais, pois dessa forma serão construídas políticas sólidas e eficientes que devem se buscar refletir sobre o uso do RDA, uma vez que esse apresenta, desde seu desenvolvimento, a preocupação com os recursos digitais.

Além disso, uma política interna desse nível para as bibliotecas nacionais digitais serve de referência para as bibliotecas digitais de seus respectivos países e pode ser considerada uma política estrutural que colabora para a implementação das políticas nacionais de informação.

Em relação às políticas de informação, Garcia explicita que:

uma política ou políticas no campo das atividades de informação científica e tecnológica pressupõem a explicitação de princípios sobre o que é desejável e realizável para um país em termos de produção, transferência e acesso à informação, considerando os seus recursos de informação, a sua infraestrutura e as necessidades dos seus usuários. Se por um lado expressa uma idealização, por outro expressa objetivos de atuação e de transformação da realidade numa determinada direção. (GARCIA, 1980, p. 4).

Corroborando, González de Gómez (2002) afirma que com a política da informação o sentido da informação estabelecerá sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, não meramente como uma lógica administrativa e sim como fator estratégico para o desenvolvimento científico-tecnológico.

Na próxima seção será apresentada a instituição e sua política para tratamento de seu acervo geral.

4 AS EXPERIÊNCIAS DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS

Nessa seção apresentaremos a Biblioteca Nacional francesa e a Biblioteca Nacional Australiana e as análises das políticas que são utilizadas para o tratamento do seu acervo geral e, conseqüentemente, para a confecção dos seus *Online Public Access Catalogs* (OPAC) e que nos servirão de base para confeccionar as diretrizes.

4.1 Biblioteca Nacional da França

Segundo as informações sobre o histórico contidas no sítio da Biblioteca Nacional da França (2013), a Biblioteca Nacional francesa nasceu da real biblioteca que foi fundada no Palácio do Louvre por iniciativa de Charles V, em 1368, iniciando com a coleção de manuscritos de João II, antecessor de Carlos V. Naquele momento a biblioteca contava com 917 livros.

A história da Biblioteca se mistura com a história da França e sua conseqüente evolução através dos anos. Amparada nos desenvolvimentos científicos e técnicos foram abertas novas perspectivas para que a biblioteca atingisse suas missões de coletar, preservar, enriquecer e comunicar o patrimônio documental nacional, tanto no campo da conservação, como no campo do acesso aos documentos. Mais recentemente, as ferramentas de informatização e o progresso das telecomunicações, têm renovado os meios de gestão das coleções e sua identificação. Combinados com a digitalização de textos e imagens, têm enriquecido as práticas de pesquisa, leitura e abertura na transmissão de documentos à distância, para o que foi criado, no ano de 1997, sua biblioteca digital, que recebe o nome de *Gallica*.

A Biblioteca Nacional da França hoje está sediada em Paris, às margens do Rio Sena sob as coordenadas cardeais “48° 50’ 01” N, 2° 22’ 33 E”. A BnF elenca em seu sítio sua missão que engloba as ações de coletar, preservar, enriquecer e comunicar o patrimônio documental nacional. O decreto que formaliza sua criação é o decreto nº 94-3 de 3 de janeiro de 1994 que, posteriormente, foi modificado pelo decreto nº 2006-1365¹¹ de 9 novembro 2006.

Vale reforçar que ela atua como uma agência nacional, disponibilizando sua política de catalogação em seu site, dando acesso a todos os profissionais e servindo

¹¹<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000422844&fastPos=1&fastReqId=1264494722&categorieLien=id&oldAction=rechTexte>

de modelo para outras instituições do país.

Atualmente a Biblioteca Nacional da França conta com um patrimônio documental de cerca de quinze milhões de livros e impressos, possuindo também manuscritos, estampas, fotografias, mapas e plantas, partituras, moedas, medalhas, documentos sonoros, vídeos, multimídia. De acordo com seu sitio, cerca de cento e cinquenta mil itens entram em seus fundos de arquivo por meio do depósito legal, aquisição ou doação.

Sua biblioteca digital, a *Gallica*, torna possível o acesso hoje em dia a cerca de 4.348.725 documentos online e oferece um aplicativo para dispositivos móveis que permite que o usuário recupere todos documentos digitalizados pela BnF. Cada documento pode ser baixado na íntegra ou em parte e o usuário pode facilmente construir e enriquecer a sua própria biblioteca, o acervo da Gallica conta com os documentos presentes na BnF e outros documentos provenientes de parcerias feitas com outras instituições como a Akwaba¹², Biblioteca Nacional do Brasil ¹³e Library of Congress¹⁴, assim como bibliotecas da França (públicas e universitárias).

Quadro 3 – Instituições Parceiras da *Gallica*

Parceiras	Endereço eletrônico
AKWABA	https://gallica.bnf.fr/html/und/akwaba
Biblioteca Nacional do Brasil	https://gallica.bnf.fr/html/und/biblioteca-nacional-do-brasil
Library of Congress	https://gallica.bnf.fr/html/und/library-congress

Fonte: *Gallica*

Além disso ela faz parte da Europeana¹⁵ onde disponibiliza itens do seu acervo juntamente com outras instituições colaboradoras do acervo da Europeana.

A *Gallica* em sua seção de "fale conosco" disponibiliza um canal RSS¹⁶, onde

¹² <http://akwaba.bnci.ci/>

¹³ <http://bndigital.bn.br/>

¹⁴ <http://www.loc.gov/>

¹⁵ <https://www.europeana.eu>

¹⁶ /RSS é um subconjunto de "dialetos" XML que servem para agregar conteúdo, a tecnologia do RSS permite aos usuários da internet se inscreverem em sites que fornecem "feeds" RSS e se mantenham atualizados em relação ao conteúdo desses sites.

o usuário pode encontrar todas as listas de resultados e pode se inscrever em notícias correspondentes com seus interesses.

A presente pesquisa se concentra sobre o documento que formaliza as decisões da Biblioteca Nacional da França acerca da representação descritiva dos seus itens. A seguir apresentaremos sua política de catalogação.

4.2 Política de catalogação no catálogo geral da BnF

A política de catalogação da BnF encontra-se disponível no site da instituição na seção destinada aos profissionais, na subdivisão referente à catalogação e indexação¹⁷ que disponibiliza regras aplicadas à descrição e acesso de documentos. Nessa área do site encontram-se também a política de indexação que de acordo com o mesmo está compreendida na política de catalogação, as normas francesas de descrição, regras para o registro de autoridades, os formatos de descrição utilizados e os protocolos de troca de dados usados pela BnF.

A política de catalogação da BnF apresenta seis tópicos (Definição e âmbito da política de catalogação, Recursos inseridos por depósito legal, Recursos adquiridos através de aquisições, doações, trocas, Registros de autoridades, Catalogação atual e aplicação dos padrões e Princípios de Catalogação), que são descritos detalhadamente no decorrer da página e que nos serve como um menu para localizar as partes da política que porventura desejamos nos aprofundar.

Em relação ao primeiro tópico, que diz respeito à definição e âmbito da política, é descrito no documento que a política define a qualidade dos registros bibliográficos e de autoridade seguindo os princípios internacionais de catalogação. Visando atender às necessidades dos usuários locais e remotos da biblioteca, bem como profissionais. Ainda no mesmo tópico é pontuado que a política de catalogação é complementada por uma política de indexação. Já introduzindo o próximo tópico, o documento revela que tal política se baseia nos tipos de recursos e na forma de entrada dos mesmos na biblioteca.

Como toda biblioteca nacional, a BnF descreve no segundo tópico da política seu papel de agência responsável pelo depósito legal e explica que essa obrigação diz respeito aos recursos publicados, impressos ou distribuídos na França, que, ao

¹⁷ Endereço eletrônico: http://www.bnf.fr/fr/professionnels/catalogage_indexation.html

serem depositados, são alvos de uma descrição bibliográfica no catálogo geral da instituição. Em tempo, nesse tópico ainda são apresentadas outras responsabilidades da BnF como atribuição do *International Standard Serial Number (ISSN)*¹⁸ para as publicações seriadas francesas.

No terceiro tópico da política é apresentado o viés da BnF como biblioteca de pesquisa na qual os recursos adquiridos via aquisições, doações e intercâmbios recebem o tratamento necessário para identificação e localização, isentando a instituição de qualquer responsabilidade nacional ou internacional particular com as publicações estrangeiras inseridas dessa forma.

No quarto tópico, nomeado de registros de autoridade, é explicado a importância das autoridades para padronização dos pontos de acesso que servirão tanto para o acervo da BnF, quanto para o reuso pela comunidade de profissionais. A política atenta sobre a responsabilidade nacional e internacional da BnF, em relação à integridade das autoridades das entidades francesas. Ainda nesse tópico existe um subtópico denominado "autoridades RAMEAU"¹⁹, que tem por objetivo mostrar como podem ser feitas as pesquisas nessa linguagem de indexação, que é usada na França pela Biblioteca Nacional da França, bibliotecas universitárias, bibliotecas públicas de leitura ou pesquisa, bem como várias organizações privadas.

O quinto tópico da política indica que, seja qual for o método de entrada, a qualidade do registro atenderá às regras nacionais e internacionais de catalogação, indicando que a lista de padrões e os padrões utilizados encontram-se disponíveis online. Nesse tópico da política deixa-se claro que a mesma pode sofrer modificações no decorrer do processo evolutivo do mundo editorial e devido a restrições internas.

O sexto tópico diz respeito aos princípios de catalogação e sua aplicação de acordo com os tipos de documentos, apresentamos alguns quadros que exemplificam a aplicação dos princípios de catalogação.

¹⁸ É o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído.

¹⁹ RAMEAU (Diretório de autoridade de assunto alfabético e enciclopédico unificado) é uma linguagem de indexação de assunto.

Quadro 4 – Recursos inseridos por depósito legal

Registros descritivos	<ul style="list-style-type: none"> • Registros criados com o documento em mãos • Descrição padrão completa • Alguns tratamentos específicos
Indexação e classificação de assuntos	Visualizar a política de indexação (anexo 1)
Registros de autoridade	Pontos de acesso controlados por registros de autoridade aos quais os registros descritivos estão vinculados

Fonte: BnF.

Quadro 5 - Recursos inseridos por aquisições, doações, trocas

Registros descritivos	<ul style="list-style-type: none"> • Registros criados com o documento em mãos • Descrição padronizada. Descrição simplificada padronizada para monografias impressas, exceto para aquisições de patrimônio ou recursos notáveis • Sempre que possível, derivar do registro do OCLC WorldCat Reservoir • Alguns tratamentos específicos
Indexação e classificação de assuntos	Visualizar a política de indexação (anexo 1)
Registros de autoridade	Pontos de acesso controlados por registros de autoridade aos quais os registros descritivos estão vinculados

Fonte: BnF.

Em relação aos casos de materiais que merecem um tratamento específico, a política elenca alguns deles:

Os que não são descritos individualmente:

- Livros impressos (depósito legal, doações).
- Coleções de imagens: cartões postais, calendários, etc. (depósito legal, doações).
- Registros agregados para certas séries cartográficas (excluindo depósito legal).

Materiais aos quais são aplicados tratamento especial (depósito legal, aquisições, doações, trocas) nos seguintes casos:

- Gravações sonoras: a catalogação é adaptada de acordo com o conteúdo.
- Música impressa: os recursos que contêm obras de vários autores estão sujeitos, conforme o caso, à contagem (por exemplo, para edições monumentais) ou a notas de conteúdo mais gerais com acesso a autores (por exemplo, para faculdades).
- Cópias manuscritas

Na parte final da política a BnF apresenta alguns tipos de recursos que não estão englobados em seu catálogo: um resumo, a tabela de conteúdo, uma recapitulação de periódicos, miscelâneas, colóquios, e informa que para esses casos a BnF oferece serviços adicionais, no local e remotamente.

Em relação à estrutura da política da BnF foi utilizada uma organização por meio de tópicos e, como a mesma encontra-se no site, foi feito logo no início da página um índice com hiperlinks facilitando a navegação ao longo dos tópicos. No que diz respeito à redação, o texto apresenta uma linguagem clara e objetiva, facilitando assim o entendimento do seu propósito.

A abrangência da política é o catálogo geral da BnF e, conseqüentemente, o catálogo de sua biblioteca digital, a *Gallica*.

A política se relaciona com a Política de Indexação²⁰ da BnF no sentido de unificar a padronização dos registros de seu acervo.

²⁰ http://www.bnf.fr/fr/professionnels/catalogage_pratiques_bnf/a.politique_indexation.html

4.3 Biblioteca Nacional da Austrália

Segundo o histórico contido no sitio da Biblioteca Nacional da Austrália, sua origem sempre esteve ligada ao Parlamento, uma vez que nos primeiros anos da criação da Federação Australiana no ano de 1901, a biblioteca parlamentar da Commonwealth atendia tanto ao Parlamento Federal quanto à nação em geral

Em 1960 a biblioteca é separada formalmente via ato do Parlamento e recebe um novo prédio para abarcar suas coleções e seus serviços como Biblioteca Nacional, seu novo prédio fica situado as margens do Lago Burley Griffin em Canberra e foi inaugurado em agosto de 1968.

Em 2001 para celebrar seu centenário a biblioteca publicou um álbum chamado “Álbum de Nossa Nação”, um site onde é retratado os 100 primeiros anos da biblioteca em textos e imagens, e um livro chamado “Remarkable Occurrences: The National Library of Australia's First 100 Years 1901-2001”.

Em 1981 é feito um levantamento que descreve o desenvolvimento das coleções da biblioteca da sua fundação até 1980.

A BN Australiana desde sua fundação contou com 9 diretores gerais, dos quais 4 foram bibliotecários:

- 1901 - Arthur Wadsworth, Bibliotecário Parlamentar da Commonwealth Interino
- 1927 - Kenneth Binns, Bibliotecário Parlamentar da Commonwealth
- 1947 - Harold White, Bibliotecário Nacional
- 1970 - Allan Fleming, bibliotecário nacional

Vale reforçar que ela atua como uma agência nacional, garantindo que as publicações relacionadas à Austrália e seus funcionários sejam preservadas para a comunidade e para as futuras gerações.

A Biblioteca Nacional da Austrália lidera e faz parcerias com as bibliotecas australianas para conectar as bibliotecas australianas ao mundo, e já tem digitalizados 105.000 itens de sua coleção. Ela é líder em técnicas de preservação digital no mundo

A biblioteca nacional disponibiliza sua política de catalogação em seu site, dando acesso a todos os profissionais, a seguir iremos analisá-la.

4.4 Política de catalogação da Biblioteca Nacional da Austrália

A política de catalogação da Biblioteca Nacional da Austrália se encontra disponível no sítio da instituição na área sobre a instituição, na área destinada aos documentos corporativos, mais especificamente na seção de Políticas e Planejamento.

A política é dividida em 7 tópicos (Objetivo e escopo da política, Definições, Antecedentes, Declaração de política, Principais funções e responsabilidades, Revisão e Referências e documentos relacionados).

Em relação ao primeiro tópico da política é onde é estabelecido o objetivo da política que é o de fornecer a abordagem que a Biblioteca Nacional da Austrália utiliza para descrever tanto suas coleções australianas quanto as estrangeiras, podendo ser recursos publicados ou não publicados, de acordo com a política ela abrange todas as atividades de descrição tanto as realizadas pela equipe da biblioteca quanto as fornecidas externamente por voluntários, e outros como as fornecidas pelos editores, a política cobre também as contribuições de descrição automatizadas como as que são feitas pela agregação de dados pelo Trove²¹.

De acordo com as informações contidas no site o Trove é mais que um mecanismo de pesquisa, ele reúne conteúdo de bibliotecas, museus, arquivos, repositórios e outras pesquisas e coletas de organizações grandes e pequenas.

No segundo tópico da política são apresentadas algumas definições como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 6 – Definições

Controle de autoridade	Controle de autoridade é o estabelecimento, registro e manutenção de formas distintas, consistentes ou padronizadas para nomes, assuntos e trabalhos, bem como relacionamentos entre eles.
------------------------	--

²¹ <https://trove.nla.gov.au/general/about>

Registro de catálogo	Um registro de catálogo é uma agregação de metadados sobre um recurso de informações específico. É tradicionalmente armazenado em um banco de dados bibliográfico e exibido em um catálogo de biblioteca.
Encontrar ajuda	Um auxílio à descoberta é um inventário, índice ou guia que fornece informações detalhadas sobre o conteúdo de uma coleção.
Índice da série de mapas	Um índice de séries de mapas é uma ajuda gráfica para encontrar uma série de mapas e consiste em um mapa da área coberta, mostrando sua extensão geográfica e as folhas dentro da série mantida pela Biblioteca.
Metadados	<p>'Metadados são informações sobre um objeto ou recurso que descrevem características como conteúdo, qualidade, formato, localização e informações de contato'. Metadados podem ser criados manualmente ou automaticamente.</p> <p>Serviço Nacional de Dados da Austrália. (nd) <i>Metadados</i>. Acesso em 24 de maio de 2016 a partir de http://www.andis.org.au/working-with-data/metadata</p>

Fonte: Biblioteca Nacional da Austrália

No terceiro tópico é apresentado o papel estatutário da BN Australiana que é coletar, preservar e tornar acessível a herança documental e as publicações contemporâneas da Austrália, tanto em meio físico quanto digital.

Em relação ao acesso, controle, gerenciamento e preservação das coleções são sustentados por uma descrição precisa, adequada e oportuna dos itens e recursos

mantidos pela BN Australiana, antigamente o principal método de descrição da coleção eram os catálogos criados pela equipe da biblioteca ou copiados das bibliotecas nacionais e internacionais, sendo o **catálogo de bibliotecas** ²²a principal fonte e ponto de armazenamento para metadados descritivos.

Devido a evolução das práticas descritivas da Biblioteca em resposta a disponibilidade de metadados descritivos de fontes alternativas e pelos avanços em sistemas e redes para apoiar a reutilização e agregação de metadados de fontes diferentes. A descrição, a criação e armazenamento de metadados e a entrega de recursos agora são atividades distribuídas.

A tecnologia permite que a Biblioteca forneça acesso aprimorado aos recursos. os resumos e transcrições codificados por período para as coleções de história oral e folclore da Biblioteca estão vinculados às gravações de áudio relacionadas, tornando possível que os usuários naveguem diretamente para os pontos de tempo relevantes nas gravações. Além disso, todos os resumos e transcrições depositados são indexados e podem ser descobertos no Trove.

Em alguns casos, o conteúdo de um item em si está sendo utilizado para permitir que os usuários encontrem, identifiquem, acessem e naveguem em recursos relevantes às suas necessidades. Por exemplo, o texto completo de jornais, livros e periódicos australianos digitalizados pela Biblioteca foram disponibilizados via Trove, permitindo que usuários em qualquer lugar na Austrália descubram e acessem informações de interesse.

O quarto tópico apresenta as responsabilidades que a biblioteca tem no escopo desta política que são:

- Priorizar a descrição dos recursos australianos, bem como recursos significativos no exterior.
- Priorizar o controle de autoridade de nomes australianos de pessoas, famílias e entidades coletivas, títulos de séries, lugares e assuntos.
- Use o tipo, nível e granularidade de descrição mais adequados e econômicos em relação a cada recurso ou grupo de recursos em nossas coleções.
- Descrever com precisão e suficiente cada recurso ou grupo de recursos para controle de estoque.

²² <https://catalogue.nla.gov.au/>

- Exponha nossos metadados para dar suporte à descoberta de recursos e reutilização de criativos por pessoas e sistemas e para melhorar a visibilidade das coleções da Biblioteca.
- Procure ativamente formas melhores e mais inovadoras e eficientes para descrever nossas coleções;
- Cooperar nacional e internacionalmente na criação e compartilhamento de metadados.
- Descreva os recursos de uma maneira que permita que os dados sejam adaptados para uso por pessoas e sistemas.
- Procure ativamente oportunidades para utilizar dados criados por outras pessoas.
- Armazene e mantenha nossos metadados de maneira a não inibir futuras oportunidades de reutilização ou enriquecimento.
- Aderir e participar ativamente de padrões internacionais para criação e compartilhamento de metadados, quando possível.

No quinto tópico são apresentados os responsáveis pela política e suas funções sendo o **Grupo de Estratégia de Coleta** responsável pela aprovação da política de descrição da coleção e o **Diretor Assistente de Gerenciamento de Cobrança** o responsável pela implementação da política.

O sexto tópico traz a periodicidade de revisão da política que é de dois anos.

No sexto tópico são indicados as referências e os documentos que se relacionam com a política e indica o leitor para o site da biblioteca caso queira mais informações sobre os padrões adotados pela BN Australiana e indica três documentos que foram considerados no desenvolvimento da política são eles:

- Política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Nacional da Austrália
- Política de digitalização da coleção da Biblioteca Nacional da Austrália

Em relação à estrutura da política da Biblioteca Nacional da Austrália foi utilizada uma organização por meio de tópicos. No que diz respeito à redação, o texto apresenta uma linguagem clara e objetiva, facilitando assim o entendimento do seu propósito.

A abrangência da política é o catálogo geral da BN da Austrália e, conseqüentemente, o catálogo de sua biblioteca digital.

A política se relaciona tanto com a Política de Desenvolvimento de Coleções²³ e com a Política de Digitalização ²⁴da Biblioteca no sentido de unificar a padronização dos registros de seu acervo.

A seguir apresentaremos as diretrizes que são frutos da análise e do referencial teórico utilizado na pesquisa.

²³ <https://www.nla.gov.au/collection-development-policy>

²⁴ <https://www.nla.gov.au/policy-and-planning/collection-digitisation-policy>

5 DIRETRIZES PARA CONFEÇÃO DE POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

Nessa seção serão elencadas algumas diretrizes que servirão para confecção de uma política de representação descritiva para bibliotecas digitais nacionais.

Conforme apresentado no referencial teórico da pesquisa, podemos constatar a importância de uma biblioteca nacional e de suas funções para a comunidade que ela atende, por isso, ao pensar a política de representação descritiva devemos ter em mente que essa tipologia de biblioteca desempenha o papel principal de preservação do riquíssimo patrimônio cultural de sua nação e atua como principal agência catalogadora de seu país. Em decorrência do que surge a necessidade de um documento que oficialize suas tomadas de decisão e possa servir também como modelo para outras bibliotecas.

Assim como também podemos constatar o papel das bibliotecas nacionais digitais que atuam como difusoras do patrimônio cultural, bem como dos registros bibliográficos nelas contidos, ao nos depararmos com os estudos acerca da representação descritiva entendemos a importância da ponte feita entre os documentos e aqueles que possuem uma demanda informacional. Uma vez mais nos levando à importância desse documento que irá formalizar as tomadas de decisão em relação a representação descritiva dos materiais contidos numa biblioteca nacional. Contudo, para a elaboração desse documento que poderá ser chamado de "política", percebemos que os responsáveis por sua confecção devem sempre levar em conta os princípios internacionais de catalogação e procurar lançar mão dos instrumentos que apresentam as regras para representação das informações e que auxiliam a padronização dos registros bibliográficos.

O principal objetivo de estabelecer políticas internas colabora com a padronização das atividades desenvolvidas/exercidas em uma biblioteca, visto que mantém registrada todas as decisões tomadas. Além disso, colabora para a padronização da rotina de trabalho e, conseqüentemente, para uma melhor recuperação e uso das informações, sejam aquelas produzidas ou organizadas pela instituição.

Conforme já visto na subseção 3.2 onde nos valem de Donnelly, Gibson & Ivancevich (2000) para apresentar algumas das características de uma política eficaz, elencamos aqui algumas das características que devem ser levadas em conta pelos

responsáveis pela confecção dessa política:

- Capacidade de adaptação as mudanças sofridas pela instituição e assim manter uma estabilidade no que concerne a representação descritiva.
- Deve ser suficientemente global com o intuito de contemplar qualquer eventualidade.
- Deve estabelecer a coordenação entre os vários setores da instituição, para que a política trabalhe como uma só, mesmo que possa ser composta de várias subpolíticas.
- Deve ser suficientemente clara para que não dê margem a qualquer dúvida de seu uso, tentando ao máximo cobrir dúvidas que porventura possam ser geradas.

Quanto aos princípios:

O estabelecimento de uma política de representação descritiva para uma biblioteca nacional digital deve-se fundamentar na política geral da instituição a qual se destina, uma vez que tal documento só vem para estabelecer as especificidades que um acervo digital traz consigo. Apenas será necessário a elaboração de um novo documento, na falta de uma política geral de representação descritiva institucional.

Diante disso, deverá ser criado um documento que formalize e padronize as decisões tomadas pelos responsáveis pela descrição no âmbito da representação descritiva do acervo, levando em consideração o documento em sua totalidade.

A primeira etapa para elaboração desse documento requer a formação de uma/um comissão/grupo de trabalho, que tenha o compromisso com a elaboração e atualização constante do mesmo. O grupo deve ser composto por representantes de cada área da instituição, para que sejam atendidas as singularidades da instituição e dos seus acervos.

É incumbência desse grupo/comissão: planejar os passos que serão seguidos para confecção do documento, que será reconhecido como a política geral da instituição. Optando também pela confecção de políticas específicas para cada área da instituição, caso haja a necessidade.

Ressaltamos que a política deve levar em conta o público que pretende atender; sendo também de extrema importância a periodicidade de atualização do documento. Sendo assim, confeccionar uma política de representação descritiva para

uma biblioteca nacional requer alguns cuidados, posto que uma biblioteca nacional é tida como um modelo a ser seguido pelas instituições do seu país. Atuando normalmente como principal agência catalogadora do país, tendo a missão de preservar o patrimônio cultural do país. Portanto, toda Biblioteca Nacional deve disponibilizar de maneira acessível as informações e os documentos referentes ao seu funcionamento, sem exceção, incluindo suas políticas, que devem ser facilmente acessadas em seu site ou fisicamente.

Desta forma, a política de uma biblioteca nacional deve ser um documento referencial, que sirva de base para outras bibliotecas em nível nacional ou até mesmo internacional, precisa ser flexível e constantemente atualizada, relacionando-se sempre com todas as outras políticas da instituição.

Quanto à estrutura:

No caráter estrutural da política, o documento pode ter um glossário e apresentar uma área destinada aos links para os documentos complementares que participaram da elaboração/atualização do mesmo, a política deve apontar os elementos de metadados para cada tipo de documento presente no acervo da biblioteca. Tal documento deve ser escrito de forma clara e objetiva, suas seções e subseções devem ser organizadas de modo que facilite a leitura. O documento pode ser elaborado e disponibilizado no site, através de formatos de hiperlinks, por exemplo, para uma navegação mais intuitiva.

É importante que todas as datas de publicação/revisão/versão sempre constem em alguma parte do documento. Isto garante visualizar as transformações que a instituição passa ao longo dos anos. Não existe uma regra que determine a quantidade de páginas ou o tamanho da política, mas recomenda-se que seja sucinta e apresente seus propósitos claramente ao leitor, seja ele um profissional ou um leitor/pesquisador que deseje conhecer a fundo o fazer institucional.

Quanto ao conteúdo:

Na Política devem constar: as definições e a sua abrangência. Com a apresentação da instituição a qual se destina, a sua missão, os objetivos, se possível o organograma com a divisão dos setores (caso haja essa divisão), tipos de materiais tratados pela instituição e suas formas de tratamento de acordo com ingresso na instituição.

É importante salientar quais são as responsabilidades nacionais e internacionais da instituição, em relação à padronização dos seus registros, priorizando os documentos internacionalmente aceitos para padronização e procurar sempre estar em consonância com os novos padrões como a RDA, ou em casos excepcionais, e o seu consequente tratamento, deve-se indicar quais são as ferramentas utilizadas para o tratamento descritivo dos materiais, como os padrões aceitos, softwares usados para o tratamento dos materiais.

Em relação à difusão da política, a instituição deve por meio da sua comissão/grupo definir como a mesma será disseminada para o público em geral, através de um link para download e/ou impressa.

Seguindo essas diretrizes iniciais teremos os passos para a elaboração de uma política concisa e objetiva, ressaltando que a padronização realizada na instituição é de grande valia para a construção do seu catálogo e conseqüentemente da sua biblioteca digital, facilitando o acesso aos usuários e a sociedade em geral ao patrimônio nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica que foi feita, conhecemos algumas das reflexões que estão sendo realizadas sobre a importância da representação descritiva em bibliotecas digitais na literatura da área, verificando-se também que os instrumentos já estão priorizando questões sobre objetos digitais que nascem nas bibliotecas digitais. Além disso, a pesquisa bibliográfica foi realizada para embasar toda análise da política de catalogação da BnF e da Biblioteca Nacional da Austrália, o que nos permitiu um maior aprofundamento no tema em questão e o reconhecimento da importância da presença de uma política de catalogação, que oriente o uso padronizado das ferramentas utilizadas para a representação das informações contidas nos materiais da instituição a qual a política se faz presente.

Ao propor esta discussão, buscamos verificar se havia um documento que atuasse como um método de padronização na representação das informações na Biblioteca Nacional do Brasil, Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca do Congresso Americano.

Com os documentos coletados respectivamente: *Manual do ContentE* da Biblioteca Nacional de Portugal, o *Descriptive cataloging manual* da Library of Congress – EUA e a *Politique de catalogage dans BnF catalogue general* da Bibliothèque nationale de France, todas elas dos sítios das instituições que compuseram a pesquisa, podemos concluir que das quatro selecionadas apenas uma delas apresentou de fato um documento que atendeu a pesquisa, por essa razão foi escolhida outra biblioteca nacional que atendesse a demanda da pesquisa que era conter uma política de catalogação, sendo assim foi feita a análise da *Collection Description Policy* da Biblioteca Nacional da Austrália e posteriormente se propôs as diretrizes apoiadas sob esses documentos e a partir do referencial teórico construído.

Inicialmente ao verificarmos a presença da política de catalogação em apenas uma das quatro instituições pesquisadas, podemos perceber a falta de uma política de catalogação ou falta de formalização do documento que possa estar servindo de base para padronização dos registros dentro das demais instituições.

Ao analisar a política da Biblioteca Nacional da Austrália podemos verificar a preocupação com a periodicidade de atualização da política, a preocupação em demonstrar os conceitos básicos utilizados ao longo da política e a preocupação com a questão sobre arranjo, coleta dos metadados externa, demonstra que a Biblioteca

Nacional da Austrália se mantém a par e leva em conta as atualizações da área de Representação Descritiva.

Em relação à biblioteca digital observamos que na BnF o documento atendia à biblioteca nacional em sua totalidade, porém existe uma biblioteca digital que traz consigo peculiaridades que poderiam ser objeto de discussão para elaboração não de uma nova política, mas sim de gerar um documento que complemente a política geral da biblioteca respeitando as peculiaridades da biblioteca digital principalmente no quesito dos objetos digitais mantidos por ela. Já na Biblioteca Nacional da Austrália como os documentos digitalizados já são parte integrante do catálogo a política já os abrange e elenca suas preocupações com os metadados como anteriormente apontado. .

Vale também reafirmar que os bibliotecários responsáveis por essas políticas devem sempre procurar estar a par das atualizações da IFLA acerca da Catalogação, lendo as discussões propostas, e na medida do possível, acompanhar nacionalmente o que é discutido acerca da Catalogação.

Por fim, ressaltamos que este trabalho não pretendeu esgotar o tema, nem tecer críticas às instituições e sim tentar conhecer como é realizada a representação das informações nas Bibliotecas Nacionais pesquisadas. E por fim tentar elencar diretrizes com os pontos/aspectos necessários para confecção de uma política de representação descritiva que auxiliará a confecção do catálogo padronizado dessa instituição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1977.

BIO, S. R. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **De la Librairie royale à la BnF**. Paris, FRA: 2013. Disponível em: <http://www.bnf.fr/fr/la_bnf/histoire_de_la_bnf/a.sept_siecles.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.600, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 fev. 1998., p. 3.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 2004., p. 70.

BRASIL. Lei nº 12.192, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2010., p. 1.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, v. 24, n. 2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/766> Acesso em: 23 dez. 2016

CAUTELA, Lucinda De Jesus Teixeira Campos. **BIBLIOTECA DIGITAL, CONHECIMENTO CIENTÍFICO E O LIVRE ACESSO À INFORMAÇÃO**. 2009. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Disponível em:< <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/401>>. Acesso em 10 dez. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. rev. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial, 2002.

COZBY, Paul. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da. Bibliografia sobre o fluxo do documento na biblioteca digital. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.10, n.5, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/8251>> Acesso em: 10 dez. 2016.
CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.13, n.1, p.2-17, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a02> > Acesso em: 14 ago. 2017.

CUNHA, M. L. M. Isbd: origem, evolução e aceitação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 1/2, p. 7-14, 1979. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/2059>>. Acesso em: 21 maio 2017.

DECLARAÇÃO de princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA, 2009. Disponível em: <www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. **A working definition of digital library**. 1998. Disponível em: < <https://old.diglib.org/about/dldefinition.htm>> Acesso em: 21 set. 2017.

DONNELLY, J. H., GIBSON, J. L., & IVANCEVICH, J. M. **Administração**: princípios de gestão empresarial (10.^a ed.) (E. Abreu & M. Valle, Trad.). Lisboa: McGraw-hill, 2000.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. Políticas e programas nacionais de informação científica e tecnológica. **Ciência da Informação**, v.9, n.1/2, 1980. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/374>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, 2002. p.27-40. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/253>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

GRINGS, Luciana; PACHECO, Stela. A Biblioteca Nacional e o Controle Bibliográfico Nacional: situação atual e perspectivas futuras. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/01/pdf_d65e05d0a6_0014251.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

HATSEK, Iuri Noimann. HILLESHEIM, Araci Isaltina Andrade. Resource Description and Access (RDA) e as mudanças na catalogação. In: IX EIC - Encontro Internacional de Catalogadores e II Enacat - Encontro Nacional de Catalogadores, IX EICe, 2013, Rio de Janeiro. **Anais do IX EIC - Encontro Internacional de Catalogadores e II Enacat - Encontro Nacional de Catalogadores, IX EICe**, 2015. Disponível em: <<http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/viewFile/29/10>>. Acesso em 14 jan. 2017.

HOMMERDING, Nádya Maria dos Santos. **Em busca da avaliação de bibliotecas digitais: caminhos e descaminhos**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. p. 62-66. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20052009-14070.php>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

IBICT. **Prossiga**: breve relato da sua história. Brasília, 2002. Disponível em: < <http://prossiga.ibict.br/documentos/RelProg/004.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

IFLA. **Statement of international cataloguing principles**. ed. rev. 2017. Disponível em: < https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf >. Acesso em: 22 mar. 2018.

IFLA. ISBD: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada. **IFLA Series on Bibliographic Control**, v. 44. 2011. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/44-es.pdf> >. Acesso em: 21 jun. 2017.

IFLA; UNESCO. **Manifesto for Digital Libraries**. 2010. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/iflaunesco-manifesto-for-digital-libraries>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

KURAMOTO, Hélio. Ferramentas de software livre para bibliotecas digitais. In: MARCONDES, Carlos Henrique et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador, BA: EDUFBA; Brasília; IBICT, 2005. p. 147-164.

LOR, Peter Johan. **Guidelines for Legislation for National Library Services**. 1997. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109568eo.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. de. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan. /abr. 2011. Disponível em:< <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

McCARTHY, Cavan; CUNHA, Murilo Bastos da. Digital library development in Brazil. **OCLC Systems & Service**, v.19, n.3, p 114-119, 2003.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação| From the monographic principle to the documentary unit: an exploration of the bases of Cataloguing. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/402/263>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

O CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO para o Século 21. Trad. de Lídia Alvarenga. Joint Steering Committee (JSC) for Development of RDA, 2010. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/rdabrochure-por.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PATRÍCIO, Helena Simões. Desenvolvimento de serviços digitais na Biblioteca Nacional de Portugal: cinco perspectivas fundamentais. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. 2010. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/196>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SAYÃO, L.F. Afinal, o que é biblioteca digital? **Revista USP**, São Paulo. n.80, p. 6-17, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i80p6-17>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2012/02/conceituacao-aplicacao-padrao-rda.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2017.

THIBODEAU, K. **Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming year**: what does it mean to preserve digital objects? Washington: Council on Library and Information Resources, 2002. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub107/thibodeau.html>>. Acesso em 15 mar. 2017.

TILLET, Barbara. **Visão geral do esboço da declaração dos princípios de catalogação**. 2007. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TOUTAIN, Lígia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. In: MARCONDES, Carlos Henrique et al. (Org.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. Salvador, BA: EDUFBA; Brasília; IBICT, 2005. p. 15-24.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.